

Vamos falar de fascismo

2018 © Hito Steyerl

COLEÇÃO

PEQUENA BIBLIOTECA DE ENSAIOS

TÍTULO ORIGINAL

Let's talk about Fascism

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Laura Erber

EDITORES

Laura Erber e Karl Erik Schøllhammer

TRADUÇÃO

Alexandre Brasil

REVISÃO E PREPARAÇÃO DE TEXTO

Pedro Florim

DESIGN GRÁFICO

Maria Cristaldi

Bibliotek.dk

Dansk bogfortegnelse-Dinamarca

ISBN 978-87-93530-28-7

Let's talk about Fascism foi publicado originalmente em *Duty free art – Art in the age of planetary civil war*, Nova York, Verso, 2017.

Agradecemos à autora pela cessão dos direitos de publicação.

Zazie Edições

www.zazie.com.br

PEQUENA BIBLIOTECA DE ENSAIOS

HITO STEYERL

Vamos falar de fascismo

Tradução Alexandre Brasil

ZAZIE EDIÇÕES

Vamos falar de fascismo

Sim, é isso mesmo. Não é sobre psicologia ou sobre o mal em si. Não é sobre insanidade ou sobre alguma desgraça súbita e imprevisível. Não fuja-mos do assunto. O assunto é fascismo.

Assistimos a esse tipo de fuga após os ataques em Oslo e Utøya, como se as sociedades não quisessem confiar nos seus próprios olhos e ouvidos. O perpetrador articulou ostensivamente suas crenças neofascistas. Ainda assim, as pessoas tentam se esquivar desse fato. Não chamam seu ato de terrorismo, mas de loucura. O acontecimento é despolitizado e representado como um desvio pessoal que inesperadamente atinge o país, como um desastre natural. É assim, divorciado da sua dimensão política, que se torna uma ação privada e individual.

Mas toda essa cautela tem algo mais a nos dizer. Aponta para uma lacuna na representação enquanto tal. Origina-se em questões epistemológicas e políticas muito sérias que são profundamente trabalhadas no tecido do fascismo contemporâneo em seu ressurgimento na Europa e também alhures. Mais do que isso: essas questões estão profundamente enraizadas nas formas pelas quais percebemos a realidade contemporânea.

Contudo, o problema fundamental não é a falta de moral. Nem é uma questão de bem ou mal, sanidade ou doença. É uma questão de representação. Por um lado, representação política, e por outro, representação cultural; e, de fato, em terceiro lugar, a participação econômica. O que tudo isso tem a ver com as reações públicas ao massacre?

Representação política

O que seria representação política e representação cultural? Mais precisamente: que disparidades haveria entre e dentro desses dois conceitos? Ambos repousam em contradições insolúveis; o fascismo parece ser o atalho conveniente para uma tentativa de explodir essas diferentes aporias.

Começemos pelo básico. A representação política numa democracia liberal é obtida principalmente pela participação no processo eleitoral. Para tanto, é necessário possuir cidadania. Uma verdadeira repre-

sentação política é, portanto, inadequada para todas as democracias europeias.

Isso é consensual. Mas há questões muito mais gerais e prementes no momento. O poder político segue sendo cada vez mais corroído. *Quem* alcança, ou não, representação política é algo cada vez menos importante. Mesmo pessoas com privilégios políticos totais, membros de partidos – e mesmo parlamentares –, são ignorados de maneira crescente. Isso porque, não importa o que as pessoas queiram, sejam e quem as represente, os soberanos contemporâneos são primeiramente os “mercados”. Os mercados, e não as pessoas, devem ser apaziguados, satisfeitos e saciados pela classe política. Na área econômica também há representação. Mede-se a participação em processos econômicos pela habilidade de obter crédito, possuir e consumir. Isso também explica a ira contemporânea contra o que é essencialmente econômico ou exclusão do consumidor. Muitos motins contemporâneos não têm objetivos políticos – e por que deveriam, já que a ação política se mostra impotente em tantos casos? – mas lutam pela participação econômica: a expressão mais acabada disso é a pilhagem de shopping centers.

Essa erosão do poder político é resultado de décadas de redistribuição de riquezas, oportunidades e poder real retirados dos mais pobres em benefício dos mais ricos. Enquanto foi possível, os pobres foram aplacados com crédito e sistemas de compras por financiamento. Agora que isso não parece mais funcionar, a participação econômica tornou-se um campo de batalha.

Mas o que tudo isso tem a ver com fascismo? Na superfície, nada. Mas todos esses fenômenos são sintomas daquilo que poderíamos chamar de pós-democracia. Na pós-democracia, a política é reiteradamente abandonada como meio de organizar o comum.

A pós-democracia também é sentida dentro das instituições políticas. Os cidadãos da União Europeia, por exemplo, são confrontados com uma série de instituições que não são democraticamente legitimadas (entre elas, novamente, instituições financeiras, que não estão sujeitas a nenhum controle político). Os votos dos cidadãos também não têm o mesmo peso, dependendo da sua cidadania, criando assim diferentes classes de representação política. Dentro e fora da Europa, oligarquias de todo tipo estão em ascensão. Burocracias em retirada são substituídas por regras autoritárias, balbúrdia tribal e justicamento organizado. O chamado monopólio da violência é cada vez mais privatizado, entregue a exércitos particulares, empresas de segurança e gangues terceirizadas. Forças que podiam ser controladas democraticamente se enfraquecem, enquanto governos e outros atores impõem suas agendas através de estados de emergência ou por “necessidade”. Houve tantos exemplos disso nas últimas décadas que prefiro nem começar a listá-los.

Todos esses sintomas intensificam as ansiedades em torno da ideia mesma de representação política. Não nos prometeram igualdade? Sim, prometeram. Não era essa nossa ideia de democracia, a de que to-

dos estaríamos sendo representados? Mas não, não estamos. A representação política envolve alguma arbitrariedade e imprevisibilidade – são até certo ponto inerentes a ela, mas nesse momento parecem estar se intensificando num ritmo assustador.¹ Instabilidade, imponderabilidade e uma grande dose de futilidade fazem parte da representação política.

Representação Cultural

E o que dizer da representação cultural? De que se trata, afinal? A representação (em muitos casos, visual) cultural é a representação no âmbito público. Via textos, anúncios, cultura pop, TV – tanto faz. Não é preciso nos alongarmos nisso, basta que se olhe ao redor. A situação então parece bastante diferente. Há uma superabundância de representação de quase todo tipo de coisa e de gente: tanto na mídia comercial, quanto na social. Essa avalanche de representação aumentou muito com as tecnologias digitais. Que coisas e pessoas estejam representadas culturalmente, porém, não diz muita coisa. Significa apenas que há muitas imagens pairando por aí, em busca de atenção.

Qual seria, então, a relação entre representação política e cultural? Entre *Darstellung* e *Vertretung*, ou

¹ Por exemplo, ver: KARATANI, Kojin. *Transcritique: On Kant and Marx* (Cambridge: MIT Press, 2003), 151.

entre procuração e retrato, como bem colocou a teórica e crítica literária indiana Gayatri Spivak? ²

Existe sim uma relação, mas não aquela que tradicionalmente se pensava. Há cerca de trinta ou quarenta anos, os primeiros Estudos Culturais, com suas implicações gramscianas, entendiam a representação cultural como uma espécie de democracia visual. A suposição era mais ou menos essa: se as pessoas fossem representadas culturalmente de maneira positiva, a igualdade política se tornaria mais plausível. Batalhas apaixonadas pela ideia de uma política de representação caracterizaram uma grande parte dos anos 80 (e, em muitos lugares, foram além deles).

Só que agora estamos percebendo que algo nessa equação deu errado; ou, dizendo de forma mais neutra, que algo mudou drasticamente. Embora a representação cultural de tudo esteja sofrendo uma inflação massiva (juntamente com a desvalorização e degradação da maioria das imagens, textos e sons individuais), a representação política não é apenas desigual, como cada vez menos relevante. Os dois domínios também parecem em total descompasso. O período de crescimento exponencial de todas as coisas representadas, a era da proliferação e da circulação

² A autora se refere à distinção entre representação no sentido de arrogação (em alemão, *Vertretung*), isto é, atribuir uma procuração de representação a alguém, como ocorre na política, e representação (em alemão, *Darstellung*) no sentido em que se entende um retrato, por exemplo. A questão é abordada cuidadosamente em *The postcolonial critic*, livro seminal de Gayatri Chakravorty Spivak, de 1990. (N.T.)

de imagens e dados, é também o período da radicalização das políticas anti-imigração, da instituição de regimes de endurecimento de fronteiras, do crescimento de movimentos e de partidos neofascistas (alguns preferem chamá-los de populistas de direita) e de uma perda geral de autoridade da política.

Se persistirmos nessa linha, poderíamos concluir que há quase uma relação inversamente proporcional entre representação política e cultural. Quanto mais cresce o número de pessoas culturalmente representadas, e quanto mais elas se conectam pelos celulares e se submetem aos esquemas de vigilância do Facebook, menos são importantes politicamente. Mas é possível que as coisas se deem desta forma apenas parcialmente. O elo real talvez seja que ambos os tipos de representação funcionam perfeitamente de forma irregular e desigual. Ambos são mais retratos do que *proxies*³, e não necessariamente retratos muito bons.

O colapso da representação

Agora sim, torna-se mais clara a recusa em se admitir o fascismo, mesmo quando proclamado publicamen-

³ *Proxy* é o termo em inglês que designa a figura do procurador, representante ou mandatário, quando utilizado como substantivo. Como verbo, *proxy server* designa os servidores que fazem ligações entre usuários de terminais de computador e domínios da rede, assim como o ato de representar algo ou alguém. Como adjetivo, indica a qualidade de uma relação, como em “indicador proxy”. Optei por deixar o termo em inglês, onde essa polissemia fica mais explícita. (N.T.)

te e sustentado por atrocidades, como no caso dos ataques em Oslo e Utøya – porque esta recusa aponta para o ponto cego que liga o problema da representação ao fascismo.

Por quê? Porque no fascismo a representação entra em colapso. Entra em curto-circuito pelas tentativas de evitar toda a sua complicação inerente e de rotular a representação como conceito estranho e estrangeiro. O fascismo reivindica expressar a essência do povo impondo um líder e substituindo a representação cultural por caricaturas apresentadas como verdades simples. Ele tenta se livrar completamente da representação.

E, de fato, há muitas razões para desconfiar da representação contemporânea. Tanto na representação política como na cultural, a ligação entre representado e representante parece ter se complicado dramaticamente nos últimos anos, muitas vezes se desmantelando por completo. A representação como a conhecemos caminha para a ruína – ou, antes, mergulha de cabeça num redemoinho vertiginoso.

Na representação cultural, o conceito de realidade vem sendo tensionado numa amplitude sem precedentes. Muitas das regras e convenções da representação visual tornaram-se praticamente obsoletas com a recente revolução digital. No caso das imagens, o chamado vínculo indexical da fotografia (que sempre foi duvidoso) tem sido abalado por tecnologias de copiar e colar, céleres campanhas de cortina de fumaça e oportunidades sem precedentes para golpes,

desinformação e fraudes. Procedimentos tradicionais de testes de veracidade – jornalísticos, legais e, até certo ponto, também científicos – foram substituídos por rumor digital, desregulamentação generalizada, lei da demanda e "conhecimento" de *crowdsourcing*⁴ do tipo Wikipedia. É claro, a representação cultural sempre foi problemática, mas o surgimento do fascismo 2.0 é revelador de um período no qual o rancor digital pode se espalhar como um incêndio, alimentado por avatares que dificilmente podem ser ligados a pessoas reais. Assim como a representação, enquanto tal, foi desvinculada do controle institucional, seu conteúdo, em muitos casos, se divorciou de qualquer realidade empírica. Não me entendam mal. Não acho que a revolução digital seja uma coisa ruim. Pelo contrário, permitiu grandes avanços na livre circulação de informações, mas ao custo de maior incerteza e instabilidade. Não há como negar isso também.

Na representação política, uma das principais realizações dos últimos anos é que mesmo aqueles que são representados politicamente sentem-se impotentes, pois o poder hoje parece ser codificado de maneira mais econômica do que política. Assim, ironicamente, a representação política começa a assemelhar-se à representação cultural. Torna-se mais retrato que proxy, enquanto suas contradições internas aumentam.

⁴ A prática de obter informações ou insumos para uma tarefa ou projeto, assegurando os serviços ou concurso de um grande número de pessoas, pagas ou não, geralmente pela Internet. (N.T.)

As complicações, portanto, se intensificam tanto para a representação política quanto para a cultural.

Finanças e Epistemologia

Talvez o denominador comum de todos esses diversos desvios na representação seja a noção de especulação. A especulação é, simultaneamente, uma ferramenta financeira e epistemológica. Em finanças, especulação significa dar um passo cujas implicações não podem ser seguramente previstas. Nem todas as informações estão (ou podem estar) disponíveis no momento de tomar a decisão. O risco é assim aumentado, mas, presumivelmente, também a oportunidade. Especulação também significa que o valor se encontra cada vez mais desconectado do objeto ao qual se refere. Ele não se refere mais à coisa em questão, mas ao contexto de sua circulação e aos afetos a ela associados. Representa variações de humor em torno de derivativos de derivativos. É mais como a transmissão em vídeo de uma câmera agitada freneticamente do que uma ilustração convencional de imagem estática (e com isso não pretendo sugerir que a última seja mais verdadeira do que a primeira – apenas é mais previsível).

Não é difícil ver como isso se relaciona à especulação enquanto ferramenta de observação e pesquisa. *Speculari* significa observar em latim. É empregado como a tradução latina do grego *theoria* e descreve a

busca pela essência ou origens das coisas por trás de sua existência empírica. Ao mesmo tempo, refere-se a um salto na névoa da aparência pura, como sugerem as reflexões de Agostinho sobre o reconhecimento de Deus num espelho escuro. Segundo Hans Reichenbach⁵, a especulação caracteriza períodos de transição na filosofia, quando as questões excedem os possíveis meios racionais de respondê-las. Assim, a especulação filosófica também apresenta riscos e oportunidades. Ela apresenta a possibilidade de pensar fora da caixa, bem como o perigo de ficar completamente perdido nesse fora.

Mas a especulação também passou a caracterizar muitos processos vernaculares de representação. Todas as coisas que não são conhecidas, mas são suspeitas. Todos os rumores que não são fundamentados. Toda a complexidade comprimida além do reconhecimento. Vídeos virais, cuja circulação se multiplica em bolhas de representação, lambuzados de uma grossa camada de afetos. Imagens granuladas e abstratas de zonas de guerra. O vício da emergência e da catástrofe e sua inflação subsequente em telas que se multiplicam exponencialmente. A perda de confiança nas imagens e em quaisquer outros valores referenciais, e na sua relação com aquilo a que possam se referir.

Muitos dos processos que caracterizam a especulação em geral – acima de tudo, sua relação arriscada e não-substanciada com a realidade – são inerentes às

⁵ (1891-1953) Filósofo da ciência alemão, fundador do Círculo de Berlim.

práticas digitais de representação. Essas formas de representação são extremamente dinamizadas pela especulação. O resultado é que a relação entre referente e signo, entre pessoa e *proxy*, se torna extremamente imprevisível – como muitos outros fenômenos contemporâneos. A especulação turbinava a representação; ela acelera em piruetas aquilo que vivemos hoje.

Não é apenas uma má notícia. A especulação como método abre novas liberdades de expressão e pensamento, mas que, por outro lado, podem ser facilmente empregadas de maneira terrível. Oportunidades surgem a cada minuto – e realidades são desperdiçadas e destruídas no mesmo tempo. Abrem-se novos horizontes de pensamento, que em muitos casos terminam como delírios completos. A especulação é um prenúncio de possibilidade e investigação, da mesma forma que flerta com a intolerância e o preconceito.

Aqui é que o fascismo entra em cena. Onde a representação colapsa ou se transforma em rodeios e respostas precipitadas, o fascismo parece oferecer respostas fáceis. É o botão de pânico que bloqueia resquícios irritantes da realidade.

Aparentemente abolindo as complicações da representação, o fascismo consegue encobrir que é a mais alta forma de representação especulativa contemporânea: seu ponto de colapso, ou de impacto. Essa falência em si é, ao mesmo tempo, super-representada e não representada. Um ponto cego, cheio de ilusão e morte. A despedida irreversível dos caminhos que iam junto à realidade empírica.

A boa notícia para os fascistas é que sua ideologia é muito compatível com os paradigmas econômicos contemporâneos – porque ressoa perfeitamente com uma ideologia para a qual a sociedade não é nada e a ganância e a vontade de poder individuais são tudo. Onde tribo e algazarra governam supremas e estereótipos rasos se hiperventilam. Especialmente numa era de jogos de tiro em primeira pessoa e de fanatismo online, o fascismo surge como um complemento ideal para o “capitalismo frenético”: a inerente vantagem competitiva dos arianos. Ele não só promete reintroduzir um referente (completamente especulativo) ao valor, como raça ou cultura, como também garante ao seu público-alvo que ele estará no escalão superior da divisão de classes, porque trabalhos sujos e mal remunerados serão jogados aos "sub-humanos". Apresenta uma alternativa aparente à brutal igualdade da democracia liberal em que se presume que todos conquistem ou falhem, apresentando-se como "verdade" autoevidente. No fascismo, a igualdade abstrata do liberalismo capitalista é abolida pelo colapso da classe em raça. É a ideologia perfeita para os arianos preguiçosos: você desfruta de todos os benefícios do capitalismo sem ter que realmente trabalhar.

Neste ponto, notemos que as palavras "ariano" e "raça" podem ser substituídas por outros jargões “copie e cole” que compartilhem premissas semelhantes. A maioria dos ataques terroristas da última década foram de fato iniciados por extremistas de direita que desejam que suas respectivas culturas permaneçam

“puras” e exclusivas, que odeiam mulheres, comunistas e a maioria das minorias (minorias do ponto de vista deles) e que forjam uma ideologia centrada na masculinidade dirigida pela testosterona. Nem todas essas ideologias são fascistas, e não há sentido em tentar reduzi-las a essa noção. Mas todas elas tentam substituir a igualdade pela uniformidade – seja lá como a definam.

Chegamos, pois, ao ponto: nada do que escrevi necessariamente leva ao fascismo. Apresentei o contexto que facilita o seu surgimento, mas que não conduz inevitavelmente a ele. O motivo para isso é simples: as pessoas têm escolha. Qualquer um pode optar por se tornar fascista ou não. E a maioria das pessoas, felizmente, até o momento optou por não fazê-lo.

Mas também é possível optar por não ignorar o problema. Em vez de negar os desafios, devemos enfrentá-los. Devemos enfrentar o completo desequilíbrio da realidade, reintroduzindo os pesos e contrapesos, renegociando valor e informação, insistindo na representação e na solidariedade humana. Isso inclui também reconhecer e se opor ao real fascismo existente e seus incontáveis derivados e franquias. Negar sua existência significa render-se a um paradigma emergente de pós-política e pós-democracia, a um completo abandono da realidade.

HITO STEYERL (Munique, 1966) é artista, vídeo-documentarista, escritora e professora da Universität der Künste de Berlim. Seus trabalhos artísticos e ensaios abordam temas da cultura visual, visibilidade, vigilância e a circulação de imagens num mundo globalizado pós-democrático, com atenção especial às conexões entre o campo das artes e os mecanismos sociais, políticos e econômicos. No Brasil, é mais conhecida pelos artigos *Em queda livre: uma (experiência-pensamento) sobre Perspectiva Vertical*, Arte & Ensaios (UFRJ), nº32, 2017; *O museu é uma fábrica?*, Revista Poiesis (UFF), nº 28, 2016 – e pelos trabalhos como *How not to be seen* e *Hell yeah we fuck die*, destaque na 32ª Bienal de São Paulo.